O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NA CIDADE DO RECIFE: UMA ANÁLISE DA VEICULAÇÃO OFICIAL SOBRE O TEMA

Diná Almeida de Freitas[1]
Eduardo Nunes de Almeida[2]
Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos[3]

Resumo

O artigo analisa a implementação do Programa Saúde na Escola (PSE) enquanto política pública intersetorial de Educação e Saúde. A pesquisa que deu origem ao mesmo teve como objetivo analisar a implementação do Programa Saúde na Escola nas escolas da Rede Municipal de educação da Cidade do Recife. Tendo como método a pesquisa documental, as fontes primárias foram os arquivos da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde, ambas do referido município, veiculadas através dos sítios eletrônicos oficiais. Procedeu-se com o tratamento do material coletado a partir da análise do conteúdo manifesto. Os resultados da pesquisa revelam esforços significativos para integrar Saúde e Educação, mas também apontam desafios, como a necessidade de avaliação contínua, sustentabilidade financeira e participação comunitária no Programa. A análise sugere que, apesar dos obstáculos, o PSE tem potencial significativo para melhorar a saúde estudantil. Contudo, urge a necessidade de colaboração intersetorial, atualização dos temas abordados pelo Programa e, principalmente, comprometimento a longo prazo por parte dos gestores municipais.

Palavras-chave: Educação. Programa Saúde na Escola. Recife. Saúde.

Abstract

The article analyzes the implementation of the School Health Program (SHP), as an intersectoral public policy for Education and Health. The research that gave rise to it aimed to analyze the implementation of the School Health Program in schools in the city's municipal education network. from Recife. Using documentary research as a method, the primary sources were the files of the Department of Education and the Department of Health, both from the aforementioned municipality, published through official electronic websites. Proceed with the treatment of the material collected from the analysis of the content of the manifesto. The research results reveal important efforts to integrate Health and Education, but also point out challenges, such as the need for continuous evaluation, financial sustainability and community participation in the Program. The analysis suggests that, despite obstacles, PSE has significant potential to improve student health. However, there is an urgent need for intersectoral collaboration, updating the themes involved in the Program and, mainly, long-term commitment on the part of municipal managers.

Keywords: Education. Health. Recife. School Health Program.

[1] Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[2] Aluno do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[3] Orientador. Doutor em Educação. Professor do Departamento de Políticas e Gestão da Educação (DPGE), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Programa Saúde na Escola (PSE) é um programa federal instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286 como uma política pública intersetorial do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação (MEC) que tem como público-alvo crianças, adolescentes, jovens e adultos estudantes da rede pública de ensino. O PSE é um dos programas suplementares de atendimento ao educando previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que tem como objetivo integrar e articular educação e saúde dentro das escolas para que haja uma melhor qualidade de vida na população (Brasil, 2007), como explicita o texto:

> Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III. Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, VIII, Art. 4º, Título III, Lei nº12.796, de 2013).

O PSE é, então, uma iniciativa relevante que visa promover a saúde e o bem-estar dos estudantes, contribuindo para sua formação integral. No contexto da Cidade do Recife, é fundamental analisar como esse programa está sendo implementado e comunicado oficialmente. Sendo assim, a justificativa para o artigo científico "o Programa Saúde na Escola na Cidade do Recife: uma análise da veiculação oficial sobre o tema" é a relevância do PSE como uma estratégia intersetorial que envolve educação e saúde, impactando diretamente a vida dos estudantes. Investigar sua implantação e comunicação oficial é crucial para avaliar seu alcance e efetividade.

A necessidade de avaliação e acompanhamento de políticas públicas reforça o valor dessa pesquisa que se propôs a compreender como o PSE está sendo implementado no Recife e é essencial para identificar lacunas, desafios e oportunidades de melhoria. A análise da veiculação oficial permitiu verificar se as ações estão alinhadas com os objetivos do programa.

Os resultados dessa pesquisa podem divulgar o PSE e encorajar sua adesão entre as escolas que não participaram do programa. No caso das escolas participantes do PSE, o artigo pode trazer contribuição para os gestores das mesmas, ao provocar ajustes em sua execução e otimização dos recursos disponíveis. Isso pode resultar na promoção de melhores condições de ensino e aprendizagem, pois o PSE, ao ser implementado conforme a sua proposta, tem impacto positivo na Saúde dos Estudantes**.** Através do exame da comunicação oficial sobre o PSE, pode-se avaliar se as informações estão chegando aos estudantes e se estão promovendo mudanças positivas em sua saúde e qualidade de vida.

Como alunos de Pedagogia, escolhemos o PSE como tema para a Pesquisa de Prática Pedagógica 8 e decidimos continuar na mesma temática no nosso Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo geral de analisar a implementação do Programa Saúde na Escola nas escolas da Rede Municipal de educação da Cidade do Recife.

Para alcançar esse objetivo geral, procedeu-se com os seguintes objetivos específicos: (1) descrever o Programa Saúde na Escola nas escolas da Rede Municipal de educação do Recife, a partir das informações veiculadas pela prefeitura da Cidade do Recife; (2) mapear as informações sobre o Programa Saúde na Escola veiculadas pela prefeitura da Cidade do Recife, a partir da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde; e, (3) analisar as aproximações e os distanciamentos entre a perspectiva da Educação e da Saúde frente ao Programa Saúde na Escola nas escolas da Rede Municipal da Cidade do Recife. Abaixo arrolamos as seções deste artigo, a fim de contemplar os principais pontos necessários para a explanação e discussão sobre a temática.

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

O PSE, foi estabelecido através do decreto presidencial 6.286, de 5 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), tendo por finalidade: contribuir na formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por intermédio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Ele teve como base um novo paradigma que tem como eixo central a promoção da saúde, priorizando a atuação sobre os determinantes sociais em saúde e assim, contribuindo para escolhas mais saudáveis pelos estudantes e que favoreçam a qualidade de vida

O programa integra a saúde e a educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Ele tem como objetivo melhorar a saúde dos educandos, e consequentemente, reduzir a evasão escolar e a intermitência de frequência por problemas de saúde, além de reforçar os compromissos e pactos estabelecidos por ambos os setores. Essa integração, proposta pelo PSE, deve ocorrer em todo o território em que atua o Ministério da Saúde. Para isto foram criados núcleos, a fim de ligar equipamentos públicos da saúde e da educação, por exemplo, escolas, centros de saúde, áreas de lazer como praças e ginásios esportivos etc.

Um importante órgão que está diretamente relacionado à implementação desse projeto é o Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), mas com atuação independente. Sua função é apoiar o MEC na formulação de políticas educacionais e diretrizes de ensino, que devem ser seguidas pelos

estados e municípios. Além disso, o CNE emite pareceres, estudos e pesquisas relacionados à educação brasileira. Sua missão é buscar alternativas e mecanismos institucionais para assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. Dentre os objetivos do CNE, podemos destacar a ampliação de programas que atendam as etapas da educação básica e da educação superior, abrangendo temas como material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, o PSE foi lançado como uma política pública estratégica e de âmbito nacional, que envolve a Saúde e a Educação e que viabiliza a concretude dos objetivos do MEC/CNE em relação ao atendimento dos educandos para a melhoria da qualidade da educação básica. Na Educação, o PSE está sobre a gestão da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Segundo o MEC, o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas deve contemplar as ações do PSE. O projeto deve levar em consideração o contexto escolar e social e o diagnóstico de saúde do educando. Além de levar em consideração a avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; a promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e agravos à saúde; a educação continuada e capacitação dos profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens; o monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes e o monitoramento e avaliação do PSE. São esses os cinco componentes que constituem o programa.

O PPP é um documento essencial para a organização e direcionamento das práticas educacionais em uma instituição de ensino. É um instrumento norteador das práticas escolares, buscando o comprometimento de todos os envolvidos na comunidade escolar. Segundo Libâneo (2001, p. 125), o projeto pedagógico "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola".

Nesse universo criado numa parceria entre educação e saúde, o PPP tem papel fundamental ao incluir estratégias criadas juntamente à unidade de saúde mais próxima da escola. Na parceria entre essas duas áreas de atuação, a escola é um importante meio, ou seja, "uma área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral." (Brasil, 2007, p. 1)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) estabelece, de forma legal, que a escola possui autoridade para elaborar e executar sua proposta pedagógica**.** O artigo 12, inciso I, da LDB atribui à escola essa responsabilidade. Essa prerrogativa é fundamental para que a escola possa alinhar suas práticas educacionais aos princípios, valores e necessidades

da comunidade escolar. Entre as necessidades importantes da comunidade está a de atenção, proteção e promoção da saúde.

Articulação entre as equipes de saúde e equipes das escolas do território é o fator chave do programa. Os territórios onde são desenvolvidas as atividades do programa são definidos de acordo com a área de atuação da Saúde da Família e é criado em um planejamento conjunto com a escola, a partir de seu PPP.

As ações essenciais definidas pelo PSE para promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento das condições clínicas dos educandos são: Saúde ambiental; Alimentação saudável e prevenção da obesidade; Educação para a saúde sexual e reprodutiva; Prevenção ao uso de do álcool, tabaco e outras drogas; Promoção da cultura de paz e direitos humanos; Prevenção da violência e dos acidentes; Prevenção das doenças negligenciadas; e, Verificação da situação vacinal.

A implementação do PSE, implica em desafios que demandam além de ações intersetoriais, uma abordagem participativa com envolvimento efetivo, das equipes de saúde, professores, estudantes e familiares. Entretanto, Antes da implementação do PSE, em 2007, a saúde escolar era realizada por meio de atividades pontuais, por meio de campanhas de vacinação e de ações meramente sanitaristas. Assim, conforme Silva e Bodstein (2016), as ações de saúde escolar, iniciadas no Brasil nos idos do século XX adotavam uma orientação higienista e disciplinadora

De acordo com Figueiredo, Machado e Abreu (2010) no decorrer do século passado, ocorreu uma mudança paulatina do modelo de saúde escolar, que era biomédico, para se alinharem aos valores da promoção da saúde presente na carta de Ottawa[4]. De acordo com Medeiros et al. (2020), a abordagem das Escolas Promotoras de Saúde (EPS), a qual fora proposta na década de 80, sofreu influência da Carta de Ottawa, direcionando a EPS como uma instituição que desenvolve um plano estruturado e sistemático voltado para o bem-estar, estilos de vida saudáveis e qualidade de vida dos estudantes, professores e demais profissionais que atuam na escola. E dessa forma, reafirmando a necessidade de implantação do PSE em todo o território brasileiro.

[4] A Carta de Ottawa, resultante da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde**,** realizada em Ottawa, Canadá, em 1986, é uma declaração de intenções que delineia os princípios e diretrizes fundamentais para a promoção da saúde.

No entanto, devido às suas dimensões territoriais, cujas peculiaridades são diversas, o programa pode ser implantado de maneira distinta com disponibilidade de recursos e atividades diversos, ficando obvio que ainda existem disparidades na participação das equipes de atenção básica no PSE. E não obstante a isso, de acordo com Wachs Ls et al. (2022), existem estudos que mostram a prevalência de ações clínicas, individualistas e fragmentadas frente à Educação. E embora haja indícios de uma maior participação social, prevalecem ainda, aqueles profissionais que desconhecem o programa, não contemplaram a mudança de paradigma, e assumem a uma ótica reducionista à esfera normativa, conceitual e prática.

Trazendo o assunto para um contexto internacional, de acordo com Wachs Ls et al. (2022), houve um reforço à relevância dos programas de promoção do modo de vida saudável dentro do contexto escolar. Tais autores ressaltaram que intervenções em crianças com até 5 anos de idade, envolvendo os pais e os professores, juntamente com a comunidade, contribuem para a ampliação da qualidade de vida.

Na esfera nacional, a principal estratégia designada para este fim é o PSE (Brasil, 2017). Uma política pública cuja finalidade é contribuir na formação integral de estudantes da rede pública de ensino, mediante a execução de ações de promoção de saúde e prevenção das doenças e dos agravos, conforme Medeiros et al (2020).

Tal necessidade é ressaltada quando são observados os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), publicada no ano de 2015

> foram identificados importantes comportamentos de riscos que podem comprometer a situação de saúde dos estudantes brasileiros, a exemplo da experimentação ao uso do álcool (55,5%), tabaco (18,4%) e outras drogas ilícitas (9,0%), além da iniciação sexual (27,5%), desejo de emagrecer (25,6%), presença de dor de dente (21,0%), praticado bullying entre os colegas (19,8%) e sentimento de solidão (16,4%). (Medeiros et al, 2020, p. 1).

Dessa forma, o PSE implica na promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Dessa forma, oferta à comunidade escolar participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem seu desenvolvimento.

O planejamento conjunto entre equipe de saúde e profissionais da educação para o desenvolvimento das ações de saúde na escola e de reuniões para o planejamento e avaliação das ações desenvolvidas no ambiente escolar reflete a evolução do trabalho intersetorial e a adesão às diretrizes de integração e articulação das redes públicas de saúde e educação, respeitando a territorialidade e a diversidade. Entretanto a carência nas ações de promoção da

saúde pode estar vinculada à dificuldade dos profissionais de trabalharem com ações intersetoriais, e até mesmo a ausência de multiprofissionais que valorizem o conhecimento popular e o articulem com o científico (Brito, 2023).

Destacamos também que ainda temos como limitação as mudanças ocorridas no financiamento da atenção primaria à saúde (APS). Esse hoje ocorre por capitação ponderada, a partir de serviços indicadores. Dessa forma, as ações do PSE não contam como indicador para a nova forma de financiar a APS, o que aumenta ainda mais as dificuldades das equipes em executar as ações do PSE.

A POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL

Política pública intersetorial é uma abordagem que busca integrar diferentes setores da administração pública para resolver problemas comuns. Esta estratégia é baseada na ideia de que os problemas sociais são complexos e interconectados, portanto, não podem ser efetivamente resolvidos por um único setor isoladamente.

Políticas públicas intersetoriais são abordagens colaborativas no planejamento e implementação de políticas que envolvem múltiplos setores do governo e, às vezes, parceiros não-governamentais. Essa estratégia é fundamentada na compreensão de que muitos problemas e desafios sociais são complexos e interconectados, exigindo soluções que transcendam as fronteiras tradicionais entre setores como saúde, educação, meio ambiente, e assistência social. O objetivo dessas políticas é alcançar resultados mais eficazes e sustentáveis que seriam difíceis de obter por meio de esforços isolados.

Um exemplo chave de política pública intersetorial é o desenvolvimento de programas de combate à pobreza que integram educação, saúde, habitação e emprego. Essa abordagem reconhece que a pobreza não é apenas uma questão de renda insuficiente, mas também envolve acesso limitado a serviços de qualidade, oportunidades de emprego, e moradia adequada. Portanto, ao invés de tratar essas questões isoladamente, uma estratégia intersetorial busca soluções holísticas que abordem todas essas dimensões simultaneamente.

A implementação de políticas públicas intersetoriais, no entanto, apresenta desafios significativos. A coordenação entre diferentes setores e níveis de governo pode ser complexa, devido a diferenças em culturas organizacionais, prioridades políticas, e ciclos de financiamento. Além disso, a avaliação do impacto dessas políticas pode ser desafiadora, pois os resultados desejados são frequentemente de longo prazo e multidimensionais. Isso exige métodos de avaliação que possam capturar os efeitos sinérgicos das intervenções intersetoriais.

Para superar esses desafios, é crucial o estabelecimento de mecanismos de governança que promovam a colaboração interdepartamental e intergovernamental, bem como a participação de *stakeholders* não-governamentais. Isso pode incluir a criação de comitês ou grupos de trabalho intersetoriais, o uso de contratos de desempenho que definam claramente os resultados esperados e a responsabilidade compartilhada, e o desenvolvimento de sistemas de informação integrados que permitam o monitoramento e avaliação conjuntos.

Além disso, as políticas públicas intersetoriais se beneficiam da adoção de uma abordagem baseada em evidências, que utiliza dados e pesquisas para informar o planejamento, implementação e avaliação. Isso inclui a realização de estudos piloto e a utilização de avaliações de impacto, que podem fornecer *insights* valiosos sobre a eficácia das abordagens intersetoriais. Ao priorizar a colaboração, a inovação, e a aprendizagem contínua, as políticas públicas intersetoriais podem oferecer soluções mais robustas e sustentáveis para os desafios complexos enfrentados pelas sociedades contemporâneas.

A intersetorialidade pressupõe uma decisão política para a articulação entre os setores e a complementaridade das ações. Isso significa que diferentes setores da administração pública devem trabalhar juntos, compartilhando informações e recursos, para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes.

A interdisciplinaridade é um componente chave da intersetorialidade. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, é possível desenvolver políticas públicas mais abrangentes e eficazes que atendam às necessidades da população em geral. Por exemplo, uma política de saúde pública pode exigir a contribuição de especialistas em medicina, psicologia, sociologia, economia e direito para ser eficaz.

O PSE é um exemplo de uma política pública intersetorial. No planejamento de suas ações, o PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. Isso significa que o PSE integra os setores de educação e saúde para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes.

A política pública intersetorial e a interdisciplinaridade são estratégias importantes para a gestão pública democrática. Eles permitem uma abordagem mais holística e eficaz para resolver os problemas sociais. "No planejamento de suas ações, o PSE considera: o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar" (Brasil, 2018, p. 1).

O PSE não é apenas uma estratégia de integração de políticas setoriais, mas também um novo desenho da política de saúde e educação, pois trata saúde e educação integrais como parte da formação da cidadania e acesso aos direitos humanos. Além disso, permite a ampliação das

ações e promove uma articulação dos saberes na comunidade escolar e na sociedade como um todo. Por isso é importante conhecer qual é o Projeto Municipal, afinal, só com esse projeto é possível aderir ao programa.

> O Projeto Municipal é um dos requisitos do processo de adesão, como "leitura técnica" da situação municipal, elaborada para iniciar o processo de construção coletiva para a ação, visando a implementação do PSE. Documento desenvolvido a partir da articulação de informações de diversas fontes, acessíveis nas bases de dados dos órgãos federais, estaduais e municipais. O Projeto identifica as prioridades e aspectos que precisam ser redimensionados e/ou qualificados no âmbito das ações de educação e saúde no território municipal. (Brasil, 2007).

O Projeto Municipal deve delimitar a área e atuação e definir qual escola pertence a determinado território. Para que isso ocorra é necessário realizar um diagnóstico de determinantes sociais, cenário epidemiológico e as modalidades de ensino de cada escola. Também é realizado um mapeamento da Rede SUS a fim de criar os espaços comuns e os atribuir às equipes através da quantificação do número de escolas. Por último é realizada a identificação das instituições e definido o professor responsável pela articulação das ações de prevenção. Outro ponto importante é a criação de uma Agenda de Educação e Saúde, pois ela é uma estratégia na implementação de ações.

> A Agenda definirá as propostas comunitárias para estes microterritórios onde as escolas estão inseridas, refletindo as expectativas comunitárias em relação à interface educação e saúde. No âmbito da escola as atividades de planejamento e gestão do coletivo, formulação dos inventários detalhados e da condução de processos participativos integrados aos estudos e ao Projeto Político Pedagógico representam uma oportunidade ímpar para os exercícios de cidadania. (Brasil, 2007).

A respeito do PSE Andrade (2015) afirma que "a busca por estabelecer uma relação entre os setores educação e saúde é histórica. O objeto de trabalho desses setores é complexo e os objetivos a serem atingidos dificilmente são viáveis se o caminho for trilhado de maneira isolada." Nesse sentido, na próxima seção é apresentado o caminho metodológico que foi seguido para a realização dessa pesquisa.

METODOLOGIA

Uma pesquisa pode ser classificada quanto aos resultados, quanto aos fins ou quanto à abordagem. Este projeto de pesquisa utiliza a última classificação, por isso é qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2008), a pesquisa qualitativa se caracteriza por buscar compreender e interpretar os significados e as experiências das pessoas em seus contextos sociais, culturais e históricos, utilizando diferentes métodos para coletar e analisar dados textuais, visuais e sonoros. Os autores também destacam que a pesquisa qualitativa tem o propósito de esclarecer

procedimentos, boas práticas e responsabilidade pública na pesquisa social (Bauer; Gaskell, 2008).

Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa se caracteriza por utilizar o ambiente natural como fonte primária de dados, tendo o pesquisador como o principal instrumento de coleta e análise. Essa abordagem também se destaca por ser descritiva, por enfatizar o processo em vez do produto, por adotar uma lógica indutiva na interpretação dos dados e por buscar compreender o significado das situações estudadas.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014). Ao descrever a pesquisa qualitativa, Creswel (2007) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos. Este método é adequado para abordar a implementação do PSE em Recife.

Na pesquisa qualitativa que nos propomos a realizar, utilizaremos o método de pesquisa documental. A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que usa fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não forma tratados em análises ou pesquisas científicas, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (Fonseca, 2022). Guba e Lincoln (1981) definem a Análise Documental como sendo um intenso e amplo exame de diversos materiais originais, buscando-se outras interpretações ou informações complementares (Guba; Lincoln, 1981).

Buscamos através desse tipo de pesquisa conhecer os documentos sobre o PSE publicados nos sites oficiais da Prefeitura Municipal do Recife para descrever o Programa Saúde na Escola na Rede Municipal de educação do Recife e mapear as informações sobre a implementação do programa.

Na procura por documentos para essa pesquisa, foram investigadas as palavras-chave **“**PSE**”** e **“**Programa Saúde na Escola**”** nos portais de educação e saúde da Cidade do Recife. No portal de educação, não foram disponibilizadas opções de filtros na pesquisa. Ao pesquisar o termo **“**PSE**”**, foram identificadas cinco páginas contendo sete arquivos de notícias, totalizando 35 resultados. No entanto, não houve resultados quando o termo estava entre aspas (“PSE”). Já ao pesquisar o termo **“**Programa Saúde na Escola**”**, foram encontrados três arquivos de notícia, também sem resultados quando o termo estava entre aspas (*'Programa Saúde na*

Escola"). Dos resultados obtidos, 18 parecem pertinentes, com alguns mais relevantes que outros em relação ao tema abordado, sendo selecionados para análise detalhada posterior.

No portal da secretaria de saúde do Recife, foram aplicados filtros de pesquisa, permitindo a seleção da data do período a ser investigado e a área do assunto (*saúde*). Ao pesquisar o termo "Programa Saúde na Escola" (entre aspas) no período de 01/01/2007 a 17/12/2023, utilizando o marcador "*saúde"*, foram encontradas 14 notícias como resultado. Já ao pesquisar o termo **"**PSE**"** (entre aspas) no mesmo período e marcador, foram identificadas 11 notícias**.** Uma análise rápida revelou que os arquivos relacionados aos dois termos pesquisados eram distintos, não havendo coincidências ou duplicidades nos registros.

Assim, considerou-se os 14 resultados do primeiro termo somados aos 11 do segundo, totalizando 25 arquivos encontrados. Vale ressaltar que, quando os termos não estavam entre aspas, o número de resultados aumentou significativamente, incluindo uma diversidade de arquivos não relacionados à linha de pesquisa.

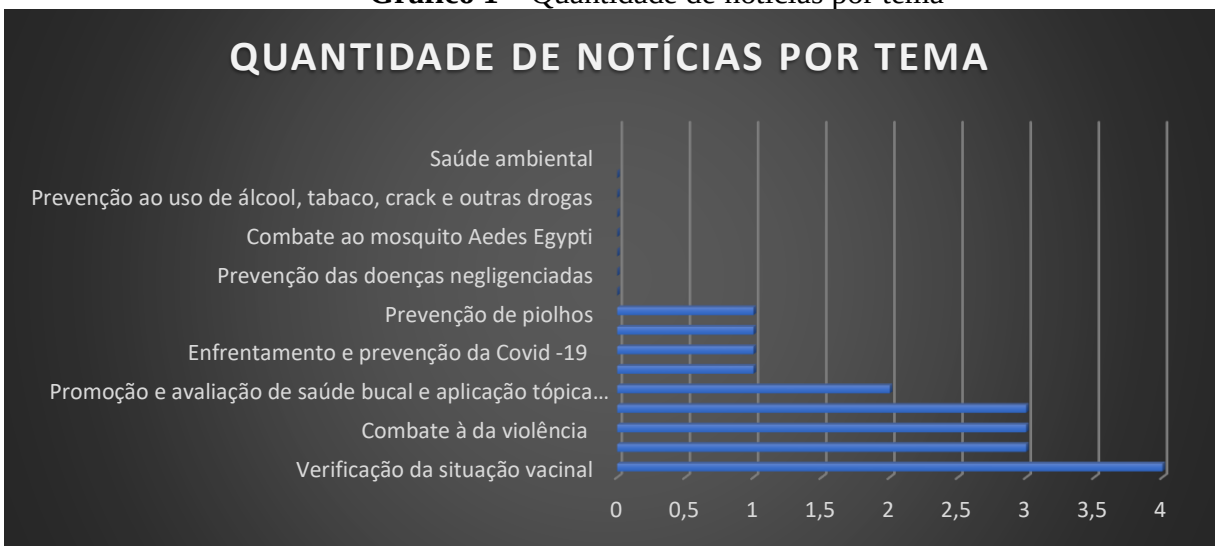
Finalmente após a leitura mais detalhada e criteriosa, e descartadas as notícias que não citavam diretamente ou explicitamente o termo "PSE" ou "programa Saúde na Escola", foram selecionadas 10 notícias do portal da secretaria de saúde e 05 notícias do portal da educação, perfazendo um total de 15 notícias selecionadas como base para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É válido retomar o objetivo geral desse trabalho foi analisar a implementação do Programa Saúde na Escola nas escolas da Rede Municipal de educação da Cidade do Recife. E, de igual forma, como já apresentado, os objetivos específicos: (1) descrever o Programa Saúde na Escola nas escolas da Rede Municipal de educação do Recife, a partir das informações veiculadas pela prefeitura da cidade doo Recife; (2) mapear as informações sobre o Programa Saúde na Escola veiculadas pela prefeitura da Cidade do Recife, a partir da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde; (3) analisar as aproximações e os distanciamentos entre a perspectiva da Educação e da Saúde frente ao Programa Saúde na Escola na escolas da Rede Municipal da Cidade do Recife. Abaixo segue-se a apresentação dos resultados, alcançados a partir da metodologia acima descrita.

Foi realizada uma pesquisa documental de ações realizadas e uma análise quantitativa acerca dos dados encontrados, conforme descrito a seguir.

Gráfico 1 – Quantidade de notícias por tema



Fonte: Elaborado pelos autores

A partir do gráfico 1, pode-se inferir algumas questões, tais como:

- Temas de destaque: Saúde ambiental e prevenção ao uso de substâncias são os tópicos mais abordados nas notícias. Tal dado pode indicar uma alta preocupação social ou eventos recentes que impulsionaram a cobertura destes temas.
- Covid-19: Apesar de ter sido um tema dominante em anos anteriores, a Covid-19 não está entre os tópicos mais noticiados nesse conjunto de dados, sugerindo que talvez esteja havendo uma normalização ou diminuição nos casos que justifique menos cobertura.
- Temas com menos foco: A verificação da situação vacinal e o combate à violência são os temas com menos notícias. Pode ser, isso, uma indicação de que esses temas não são tão prioritários na agenda midiática ou não estão tendo eventos atuais que motivem uma cobertura mais intensa.

Educação para a saúde sexual e reprodutiva parece ser um tema negligenciado dentro do PSE. Questões sociais e culturais, políticas educacionais, formação do professores e ainda a desinformação e o preconceito são fatores que travam a educação sexual nas escolas. Alguns professores e gestores alegam que receiam a reação de pais conservadores. Outros acreditam que se o assunto for abordado despertará interesse. Essa ideia pode revelar o distanciamento entre a escola e a comunidade. A falta de consciência dos profissionais da educação nos problemas sociais e políticos em uma esfera mais próxima.

Em 2008, segundo a publicação na revista Saúde Pública, o Ministério da Saúde revelava que a iniciação sexual no Brasil, acontecia em média, aos 14,9 anos, as mulheres iniciavam a vida sexual um pouco mais tardiamente. Em 2012, conforme o resultado da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) quase um terço dos adolescentes de 13 a 15 anos de idade já haviam tido relação sexual. Em 2020, o observatório Nacional da Família, ligado à Secretaria da Família, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, indicou que o início da vida sexual dos brasileiros era de 12,7 anos para os homens e 13,8 para as mulheres,

A Rede Municipal de ensino atende majoritariamente crianças nos anos iniciais e que, portanto, precedem a puberdade ou adolescência. Contudo, segundo a publicação do portal QEDU, em 2020, 20,7 % dos alunos matriculados no 4º ano 22,4% dos alunos matriculados no 5º ano na rede pública de ensino de Recife, estavam com atraso de dois anos ou mais. Significa que muitos alunos do 4º e 5º ano já estavam entrando na puberdade enquanto ainda frequentavam os anos iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal. Portanto, se faz necessária a Educação para a saúde sexual e reprodutiva ainda nessa etapa da escolarização.

A EJA demanda a Educação para a saúde sexual e reprodutiva com uma abordagem e ênfase diferentes. Os alunos da EJA têm autonomia para acessar Unidades de Saúde da Família (USF) para planejamento familiar, pré-natal e tratamento de ISTs, contudo ainda se faz necessário o combate a desinformação a respeito desses assuntos entre adolescentes, jovens e adultos alunos da EJA.

Já a questão do aleitamento, agosto dourado, foi noticiada como tema recorrente em períodos diversos. O que chama a atenção para uma necessidade nutricional, como uma orientação às mulheres que vivenciaram a maternidade durante o período escolar, e posteriormente precisaram continuar os estudos pela EJA e apresentam uma demanda sobre o assunto. Tal abordagem carece de um aprofundamento para que se estabeleça uma relação consistente entre essas temáticas e a demanda dos alunos da EJA.

Segundo dados divulgados no *site* do Conecta Recife (2022), no Ensino Fundamental, a matrícula é de quase cem mil crianças, e as duas escolas do Ensino Médio contam com aproximadamente 2 mil estudantes, já a Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui mais de 25 mil estudantes (RECIFE, 2022).

Durante o período da pandemia, foram assumidos novos paradigmas na sociedade como o todo, o que também trouxe outras prioridades e urgências na forma de assistência à saúde, principalmente em ambientes coletivos como as escolas. Com a suspensão das aulas, o PSE

ficou restrito e outras estratégias foram priorizadas em função do caráter emergencial que se vivenciava. E assim as ações, do PSE, foram reduzidas e menos noticiadas.

Gráfico 2 – Quantidade de notícias por ano

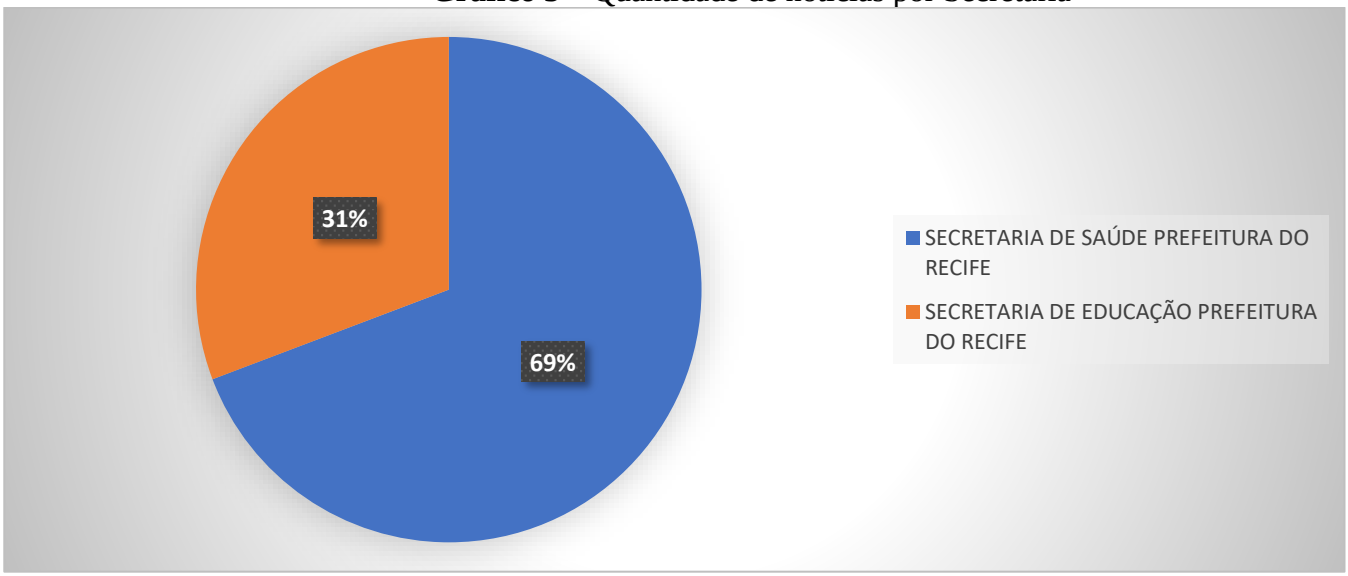
Fonte: Elaborado pelos autores

Quando analisamos a quantidade de notícias por ano (gráfico 2), percebe-se uma similaridade, com uma breve elevação nos anos de 2016 e 2017, onde apresentaram 3 e 4 notícias, respectivamente. Os demais anos apresentaram apenas 1 ou no máximo 2 notícias.

Percebeu-se que a quantidade de notícias que citam diretamente o PSE foram reduzidas com o passar do tempo. Ações de combate arboviroses e de saúde bucal, que já existiam antes do PSE, pois faziam parte do planejamento da escola e da unidade de saúde, por sua vez, continuaram sendo realizadas independentemente do enfraquecimento do programa.

Possivelmente, em consequência das mudanças de governo, nas diferentes esferas, ao longo desses anos, a tenção e investimento mudaram de direção. Atualmente há a Primeira Infância, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas (SDSDHJPD) do Município do Recife que se propõe a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.

Gráfico 3 – Quantidade de notícias por Secretaria



Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação à divulgação de notícias, quando se analisa o órgão, percebe-se que a Secretaria de Saúde noticiou mais que o dobro da quantidade de notícias divulgadas pela Secretaria de Educação (gráfico 3). Tal fato pode indicar que o PSE ainda que seja intersetorial é um programa administrado pela Secretaria de Saúde.

Verificamos que ações divulgadas foram, em sua maioria, realizadas nos distritos sanitários centrais. Distritos I, II e IV. As ações podem ter mais visibilidade nesses territórios e por isso foram mais divulgadas. Porém a realização de ações do PSE em uma escola depende da articulação uma equipe de USF da localidade. Sendo assim, muitas escolas não são contempladas pelo programa.

A importância de um programa de saúde na escola transcende a mera prevenção de doenças, configurando-se como um pilar fundamental na promoção de um ambiente educacional saudável e inclusivo. Esses programas contribuem significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes, abordando não apenas aspectos físicos, mas também psicológicos e sociais. Através da educação para a saúde, os alunos adquirem conhecimentos e habilidades que os capacitam a tomar decisões saudáveis, influenciando positivamente seu bem-estar e desempenho acadêmico.

Além disso, programas de saúde escolar são estratégicos para a identificação precoce de condições de saúde e para garantir o acesso a intervenções necessárias, reduzindo barreiras ao aprendizado e promovendo a equidade. Eles também fortalecem a conexão entre as escolas, famílias e serviços de saúde locais, criando uma rede de suporte abrangente que beneficia toda a comunidade educacional.

Pela análise das atividades desenvolvidas, percebe-se que houve esforço conjunto para a implementação do PSE e consequente promoção da saúde e o bem-estar nas comunidades escolares. Nota-se uma diversidade temática que abrange desde questões de saúde preventiva até respostas a emergências de saúde pública, como a pandemia da COVID-19. Essa abordagem multifacetada é essencial para endereçar as complexas necessidades de saúde das crianças e adolescentes, garantindo não apenas a educação sobre saúde, mas também o acesso direto a serviços essenciais.

A integração de atividades educativas, como teatros, feiras de saúde, e gincanas, junto às campanhas de imunização e atendimentos especializados, como os oftalmológicos, destaca a importância de métodos interativos e participativos no processo de aprendizagem sobre saúde. Essas estratégias podem aumentar significativamente o engajamento dos estudantes e da comunidade escolar, promovendo uma maior conscientização e adoção de comportamentos saudáveis.

Entretanto, a efetividade dessas iniciativas requer uma avaliação contínua para assegurar que os objetivos de saúde sejam alcançados e para identificar áreas que necessitam de maior atenção ou ajuste nas estratégias. A colaboração entre as secretarias de Educação e Saúde, a participação da comunidade e a inclusão de parcerias com organizações externas, como a UNICEF, são fundamentais para ampliar o alcance e o impacto dessas ações.

A promoção da saúde nas escolas vai além da prevenção de doenças, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis por sua saúde e bem-estar. A continuidade e expansão dessas iniciativas são cruciais para fortalecer a resiliência das comunidades frente aos desafios de saúde pública e para assegurar um futuro mais saudável para as próximas gerações.

É crucial discutir a sustentabilidade financeira e operacional dessas ações de saúde nas escolas. A dependência de financiamento governamental e parcerias pode variar, afetando a continuidade das iniciativas. Estratégias para garantir recursos estáveis e suficientes são fundamentais para o sucesso a longo prazo desses programas.

A importância de métodos rigorosos de avaliação de impacto não pode ser subestimada. Entender em que medida essas intervenções melhoram efetivamente a saúde e o bem-estar dos estudantes pode orientar ajustes nas abordagens e na alocação de recursos. Medidas quantitativas e qualitativas devem ser utilizadas para capturar os efeitos diretos e indiretos dessas ações.

A participação ativa das famílias e da comunidade em geral nas atividades de saúde escolar é vital. Isso não apenas fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, mas também

promove a continuidade das práticas de saúde no ambiente doméstico, ampliando o impacto das iniciativas.

O cenário de saúde pública está em constante evolução, exigindo que as escolas se adaptem rapidamente a novos desafios, como surtos de doenças ou mudanças nas recomendações de saúde pública. A capacidade de inovar, seja através da incorporação de tecnologias educacionais ou do desenvolvimento de novos formatos de intervenção, é crucial para manter a relevância e eficácia desses programas.

Esses aspectos reforçam a complexidade de implementar e manter programas de saúde escolar bem-sucedidos. Ao considerar esses fatores, podemos entender melhor os desafios enfrentados e as oportunidades para melhorar e expandir essas importantes iniciativas. Avaliando os resultados do Programa Saúde na Escola (PSE) na Rede Municipal da Cidade do Recife, é possível observar um panorama misto quanto à sua eficácia.

Embora os esforços empreendidos reflitam um comprometimento significativo com a promoção da saúde e o bem-estar nas escolas, a determinação de sua satisfação total requer uma análise mais aprofundada e dados adicionais. É necessário considerar a amplitude dos impactos dessas iniciativas, incluindo mudanças comportamentais de longo prazo nos estudantes, melhorias na saúde física e mental, e a sustentabilidade das práticas adotadas. Além disso, a integração efetiva entre os setores da saúde e da educação, a participação da comunidade, e a capacidade de adaptação às necessidades emergentes são fatores críticos para o sucesso do programa.

Portanto, embora os resultados preliminares sejam promissores, a coleta de dados mais abrangentes e a realização de avaliações de impacto detalhadas são importantes para uma conclusão definitiva sobre a satisfação e eficácia do PSE no Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial refletir sobre a amplitude e a profundidade do impacto que programas, como o Saúde na Escola, têm sobre a comunidade escolar. A análise dos resultados obtidos em Recife aponta para um caminho promissor, em que ações de saúde, integradas ao ambiente educacional, têm o potencial de transformar a realidade dos estudantes, promovendo não apenas uma melhoria na saúde física, mas também no bem-estar psicológico e social. Essas iniciativas representam um investimento crucial no futuro das crianças e adolescentes, capacitando-os com o conhecimento e as habilidades necessárias para fazer escolhas saudáveis ao longo da vida.

Ademais, a implementação do Programa Saúde na Escola ressalta a importância da colaboração intersetorial entre as áreas da saúde e da educação. Essa parceria é fundamental para a criação de um ambiente propício à aprendizagem, onde os alunos podem prosperar tanto acadêmica quanto pessoalmente. O envolvimento da comunidade e a participação ativa dos pais ou responsáveis nas atividades do programa são igualmente vitais, pois estabelece uma rede de apoio que ultrapassa os limites da escola e se estende ao lar e à comunidade.

No entanto, os desafios para a avaliação contínua da eficácia dessas iniciativas são significativos. A necessidade de coleta de dados abrangentes e análises rigorosas é imperativa para assegurar que os objetivos do programa sejam alcançados e para identificar áreas que necessitam de ajustes ou melhorias. Além disso, a sustentabilidade dessas ações a longo prazo requer um comprometimento constante dos órgãos governamentais, da sociedade civil e do setor privado, garantindo os recursos necessários para a continuidade e expansão do programa.

A discussão sobre os resultados e as iniciativas do Programa Saúde na Escola em Recife também evidencia a necessidade de inovação e adaptação às novas realidades e desafios da saúde pública. A pandemia de COVID-19, por exemplo, destacou a importância de programas de saúde escolar ágeis e flexíveis, capazes de responder rapidamente a crises de saúde e promover práticas seguras dentro do ambiente escolar. A capacidade de inovação será, portanto, crucial para o sucesso contínuo dessas iniciativas, exigindo uma abordagem que valorize a criatividade e a colaboração na busca por soluções efetivas.

Portanto, pode-se concluir que o Programa Saúde na Escola na Rede Municipal do Recife ilustra o potencial significativo de programas de saúde escolar na promoção da saúde integral dos estudantes. Apesar dos desafios, os resultados obtidos sinalizam para avanços importantes na integração entre saúde e educação, oferecendo um modelo que pode ser replicado e adaptado por outras localidades.

A continuidade dessas iniciativas, acompanhada de uma avaliação rigorosa e da busca por inovações, é fundamental para construir uma sociedade mais saudável e equitativa, na qual cada criança e adolescente tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, tanto acadêmico quanto pessoal. Assim sendo, é imprescindível que políticas como o PSE sejam amplamente divulgadas e acompanhadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. A. de. **Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: uma análise sobre a construção de redes entre saúde e educação, no município do Recife**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo

Cruz, Recife, 2015.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2005. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007

BRASIL, E. G. M. et al. Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: complexidade na articulação saúde e educação. **Revista da Escola de Enfermagem da USP,** v. 51, p. 1 - 9, 2017.

BRITO. J. E. S. de**. Avaliação do programa saúde na escola na 4ª região de saúde do rio grande do Norte.** Currais Novos/RN, 2023.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FIGUEIREDO, T. A. M. D.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. D. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 397-402, 2010.

FONSECA, J. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Effective evaluation:** improving the usefulness of evaluation results through responsive and naturalistic approaches**.** San Francisco: Jossey-Bass, 1981. p. 239.

MEDEIROS. E. R. de; et al. **Avaliação do grau da implantação do Programa Saúde na Escola em município do nordeste brasileiro**, 2020.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade**.** 33. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, C. D. S.; BODSTEIN, R. C. D. A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1777-1788, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WACHS, L. S. et al. Avaliação da implementação do Programa Saúde na Escola do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: 2012, 2014 e 2018, 2022. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 6, n. 38. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/3dcVzH7x3cj6dhBvNMt85PJ/#. Acesso em: 4 mar. 2024.